Processo nº 501/2009

Data: 28 de Julho de 2009

- Assuntos:**
- Súbita do recurso
 - Subida imediata
 - Subida diferida

Sumário

1. Como dispõe expressamente o artigo 397º nº 1 al. h) do Código de Processo Penal, sobre o recurso interposto do despacho que não admitir ou indeferir o requerimento para a abertura da instrução, disposição neste artigo deve ser considerada como taxativa, quer isto dizer só nestas situações é que o recurso sobe de imediato, seja em separado seja nos próprios autos.
2. Quanto ao recurso do despacho que admitir o requerimento para a abertura de instrução, a lei não prevê expressamente o seu modo de subida, deve entender que a lei não pretendia ter o mesmo o modo de subida imediata, nem o considerar como um recurso cuja retenção o tornaria absolutamente inútil, mas sim o modo de subida diferida a subir com o primeiro que deve subir.

O Relator,

Recurso nº 501/2009

Recorrente: Ministério Público

A cordam no *Tribunal de Segunda Instância da R.A.E.M.:*

O Ministério Público veio recorrer do despacho do Mmº Juiz de Instrução Criminal que admitiu a abertura de instrução, proferido no processo do Inquérito nº 720/2007, e depois sob o nº PCI-081-08-1 cujo termos correm no Juízo de Instrução Criminal.

Este recurso foi admitido e atribuído o modo de subida imediata e em separado e com o efeito meramente devolutivo.

Subido o recurso, o relator, no despacho preliminar, entendeu que ao recurso deveria ser fixado o modo de subida diferida com o primeiro que devia subir.

Notificados o Ministério Público e a recorrida arguida, não ofereceram qualquer resposta.

Cumprido conhecer da questão levantada em conferência, com a dispensa dos vistos dos Juizes-Adjuntos.

Como dispõe expressamente o artigo 397º nº 1 al. h) do Código de Processo Penal, sobre o recurso interposto do despacho que não admitir ou indeferir o requerimento para a abertura da instrução, disposição neste artigo

deve ser considerada como taxativa, quer isto dizer só nestas situações é que o recurso sobe de imediato, seja em separado seja nos próprios autos.

A lei ainda admite ter o modo de subida imediata o recurso cuja retenção os tornaria absolutamente inúteis, artigo 397º nº 2 do CPP. Mas como é óbvio, não está perante esta situação.

Nesta conformidade, quanto ao recurso do despacho que admitir o requerimento para a abertura de instrução, a lei não prevê expressamente o seu modo de subida, deve entender que a lei não pretendia ter o mesmo o modo de subida imediata, nem o considerar como um recurso cuja retenção o tornaria absolutamente inútil, mas sim o modo de subida diferida a subir com o primeiro que deve subir.

Pelo que, devia ter o presente recurso o modo de subida diferida, a subir com o primeiro que deve subir, nos termos do artigo 397º nº 3 do Código de Processo Penal, devendo assim baixar os autos para que se aguardem por esse momento de subida.

Pelo exposto, em conferência, acordam neste Tribunal de Segunda Instância em não conhecer do recurso, por ter sido fixado errado modo de subida.

Sem custas, neste incidente.

Macau, RAE, aos 28 de Julho de 2009

Choi Mou Pan

José M. Dias Azedo

Chan Kuong Seng